

Enquadramento: a nossa Floresta

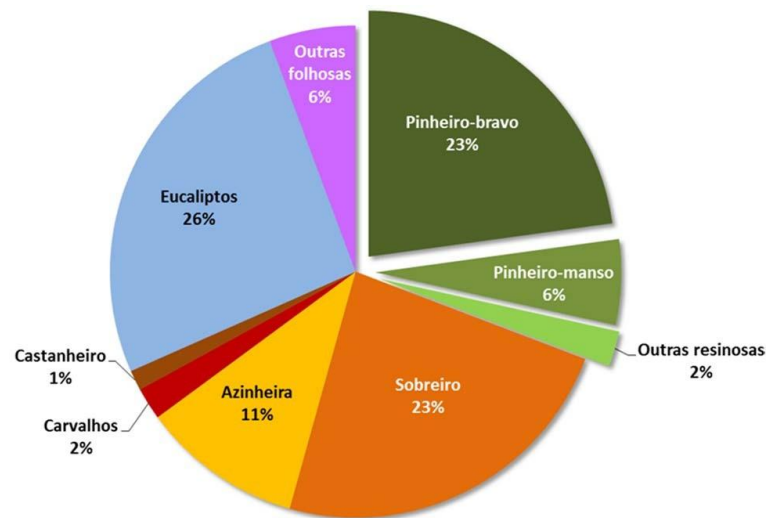
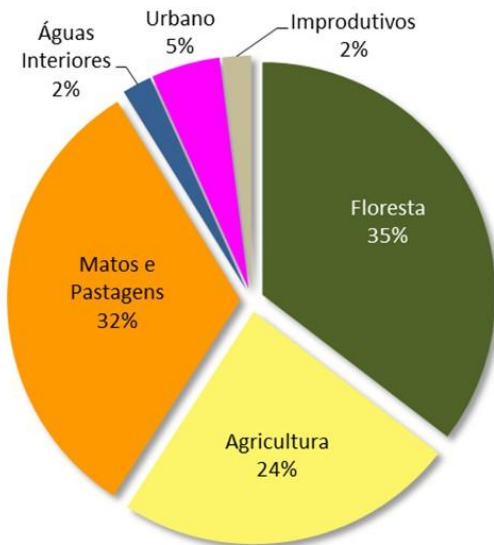
- A nossa Floresta
- Contexto da Reforma
- Desmistificar algumas premissas da Reforma
- Propostas positivas da Reforma da Floresta
- O que não concordamos na Reforma da Floresta
- O que falta na Reforma da Floresta

unac

União da Floresta Mediterrânica

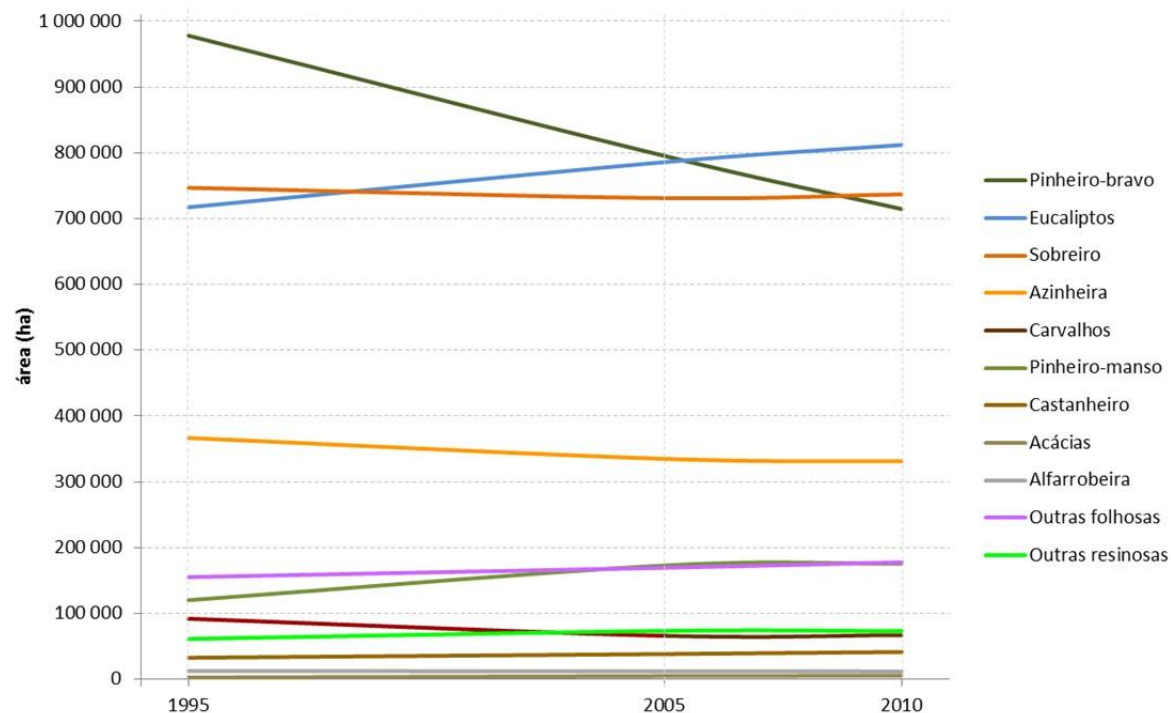


A NOSSA FLORESTA: Áreas por uso do solo e Áreas das espécies florestais



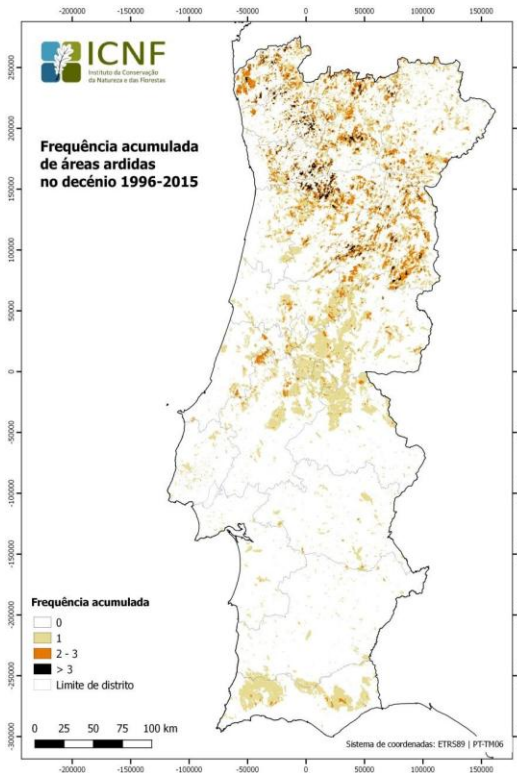
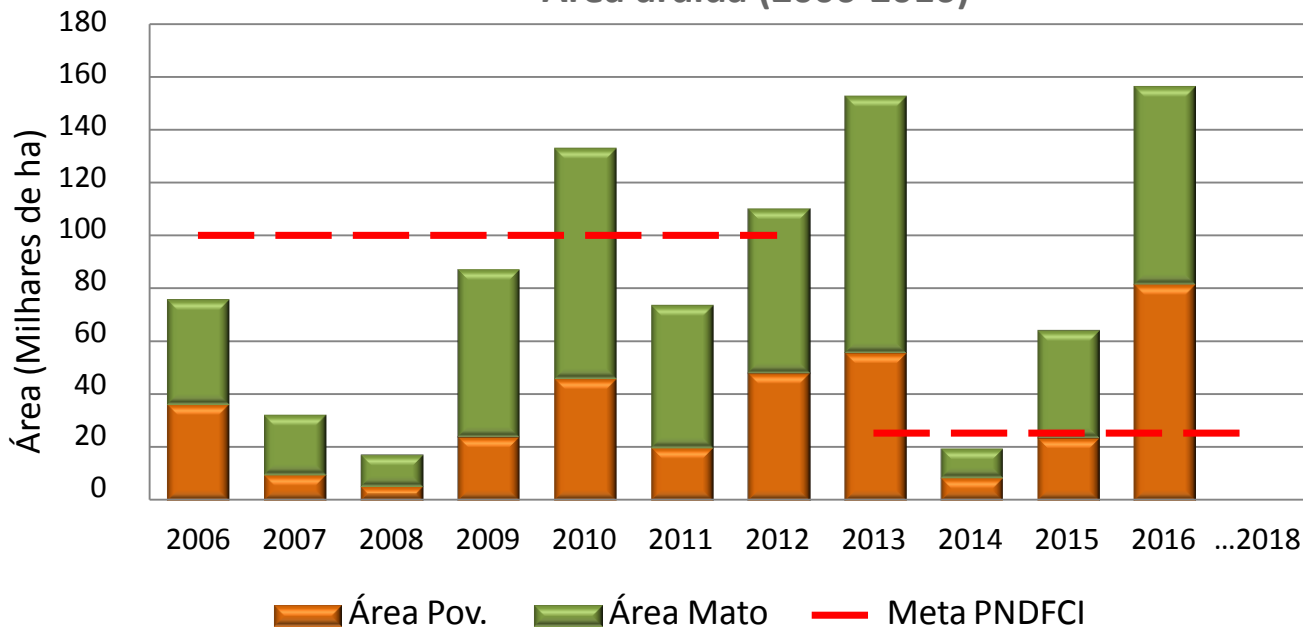


A NOSSA FLORESTA: Evolução das áreas totais por espécie florestal



A NOSSA FLORESTA: Recorrência de área ardida (1996-2015)

Área ardida (2006-2016)

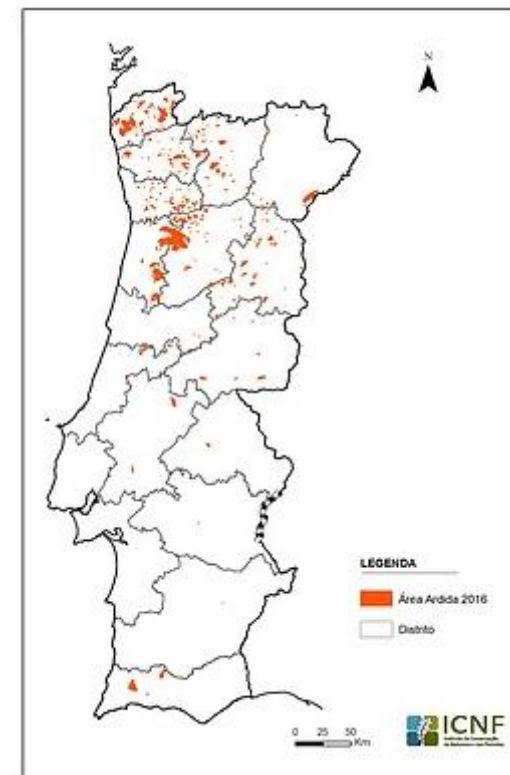




A NOSSA FLORESTA: Área ardida (2016)

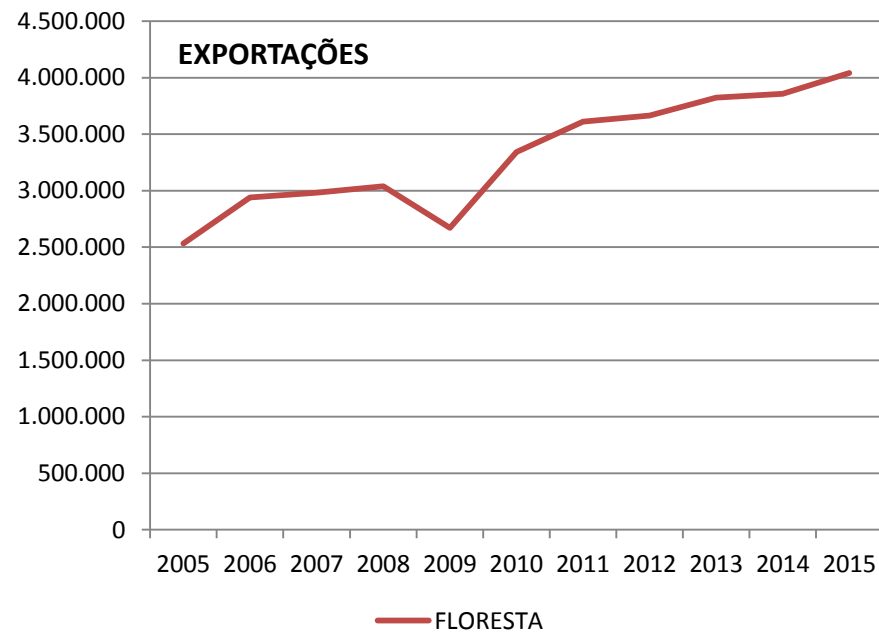
Balanço das metas do PNDFCI (2016)

INDICADOR	METAS PNDFCI (2013 - 2018)	EFETIVO 2016
Área ardida de povoamento (ha/ano)	< 0,8% da área de povoamento (≈25.238 ha)	75.544
Ocorrências +24h (nº)	< 75	421
Nº Reacendimentos (%)	< 0,5%	9,7%
Incêndios > 1.000ha (nº)	0	21
Área de ZIF (ha)	> 500 000 ha	927.296
GTF (nº)	278 municípios	272 GTF (275 municípios com CMDf)

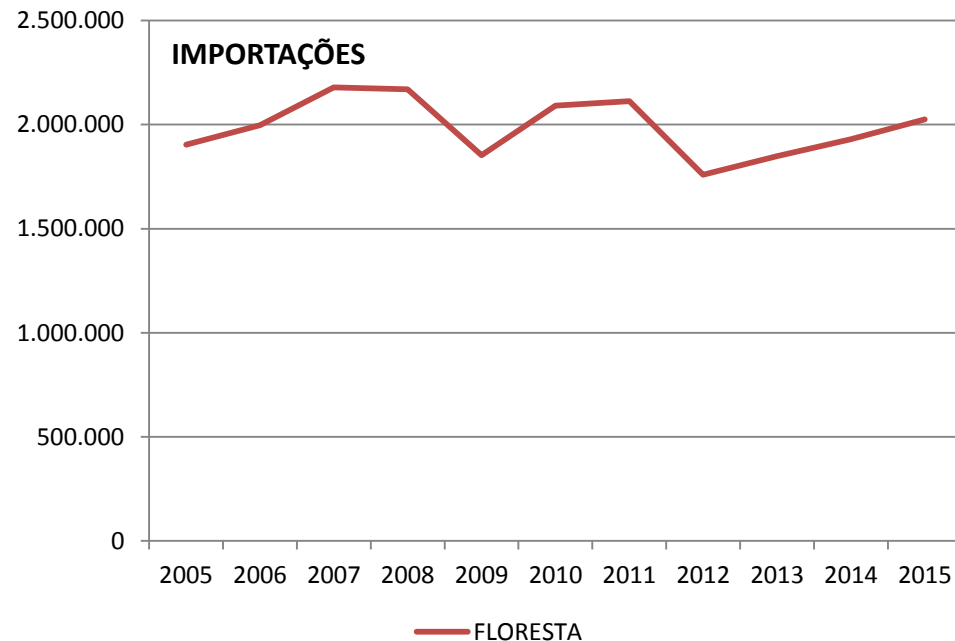


A NOSSA FLORESTA: Exportações e Importações

Milhares de euros



Milhares de euros



CONTEXTO DA REFORMA:

- O ano de 2016 com 150.364 hectares de área ardida, entre povoamentos (82.595ha) e matos (67.769ha)
- Criação pelo Governo de um grupo de trabalho interministerial, composto pelas Finanças, Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Economia, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que desenvolveu medidas que *“procuram responder aos grandes desafios da floresta portuguesa”* e está ancorado em três áreas de intervenção:
 - titularidade da propriedade;
 - gestão e ordenamento florestal; e
 - defesa da floresta nas vertentes de prevenção e de combate aos incêndios.

CONTEXTO DA REFORMA:

- aprovadas no Conselho de Ministros dedicado à Reforma das Florestas dez propostas legislativas.

<u>Titularidade da Propriedade</u>	<ol style="list-style-type: none">1. Banco nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril e o Fundo de Mobilização de Terras2. Sistema de informação cadastral simplificada
<u>Gestão e Ordenamento Florestal</u>	<ol style="list-style-type: none">3. Regime jurídico de reconhecimento das sociedades de gestão florestal4. Alteração ao regime de criação das zonas de intervenção florestal5. Alteração ao Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal6. Incentivos fiscais e emolumentares
<u>Defesa da Floresta</u>	<ol style="list-style-type: none">7. Alteração ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios8. Alteração ao regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização9. Programa Nacional de Fogo Controlado10. Regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios, de novas centrais de valorização de resíduos de biomassa florestal

DESMISTIFICAR ALGUMAS PREMISSAS DA REFORMA:

- **A floresta não deixa de arder por não ter cadastro:**
 - existem concelhos com cadastro que ardem recorrentemente;
- **O reforço do papel das autarquias na gestão local dos espaços florestais não vai “suprir a lacuna de ausência de ordenamento florestal a uma escala mais fina e, ao mesmo tempo, introduzir uma dinâmica de proximidade nas decisões.”**
 - as autarquias não possuem estrutura nem competências técnicas para a exigência e dimensão das funções que lhe estão a ser propostas no âmbito da reforma da floresta;

DESMISTIFICAR ALGUMAS PREMISSAS DA REFORMA:

- **A EFN revista em 2015 não determina o “congelamento da área de eucalipto” até 2030:**
 - “*Ressalva -se a natureza indicativa desta abordagem, não devendo, por essa razão, ser entendida de forma rígida e estanque uma vez que não considera pressupostos próprios de escalas de planeamento regionais e locais.*”
 - “*A especialização do território continental português apresentada nesta estratégia, terá tradução nas sub-regiões homogéneas dos PROF.*”
 - “*O exercício não visa, assim, predeterminar as áreas a ocupar por cada espécie em 2030.*”

DESMISTIFICAR ALGUMAS PREMISSAS DA REFORMA:

- ***A proibição de expansão da área de eucalipto não vai criar “condições mais adequadas para a implantação e expansão de espécies florestais autóctones diversas e para a melhoria da respetiva produtividade, designadamente do pinheiro-bravo e do sobreiro e da azinheira”.***
 - A implantação e expansão das espécies florestais autóctones, numa perspetiva de médio-longo prazo, depende de um conjunto de factores, destacando-se as políticas públicas, a dinâmica de mercado, a sua rentabilidade.
 - É isto que justifica, por exemplo, o crescimento das plantações de pinhal manso e o crescente interesse da sua instalação na região centro, e o decréscimo da área de pinhal bravo e mesmo da azinheira, protegida por lei.

PROPOSTAS POSITIVAS DA REFORMA DA FLORESTA (MAS INSUFICIENTES)!

- Introdução de uma majoração dos custos suportados com despesas com operações de defesa da floresta contra incêndios, ou com a elaboração de planos de gestão florestal, assim como a criação de incentivos de natureza fiscal para a constituição e funcionamento das Sociedades de Gestão Florestal.
- Eliminação da obrigatoriedade do PEIF e a clarificação da não aplicação de taxas e outros encargos pela emissão de pareceres para PGF e PEIF.
- Alteração da designação de “Índice de risco temporal de incêndio florestal” para “ÍNDICE DE RISCO DE INCÊNDIO RURAL”.

PROPOSTAS POSITIVAS DA REFORMA DA FLORESTA (MAS INSUFICIENTES)!

- Interdição da realização de trabalhos nos espaços florestais com recurso a motorroçadoras, corta-matos, destroçadores e grades de disco quando se verifique o índice de risco de incêndio rural de nível máximo.
- Proibição do abandono de queima de sobrantes em espaços rurais e dentro de aglomerados populacionais em qualquer altura do ano.
- Identificação da estrutura fundiária e da titularidade da propriedade rústica de forma simplificada para um conjunto vasto de áreas, decorrente dos levantamentos efetuados pelas OPF e entidades gestoras de ZIF.

O QUE NÃO CONCORDAMOS NA REFORMA DA FLORESTA

- Com as alterações ao Regime de Criação das ZIF, nomeadamente a redução de área, de aderentes, a limitação geográfica ao concelho e as regras de constituição do fundo comum.
- Com as alterações ao Regime Jurídico dos PROF e PGF, nomeadamente pelo perigo da transposição dos PROF (escala 1/1.000.000) nos PDM's (escala 1/10.000) e a discriminação entre público e privado.
- Com as alterações ao RJAAR, nomeadamente:
 - Com a proibição de plantação de novas áreas de eucalipto, incompreensível tendo em conta o estado actual do conhecimento científico.;
 - Com os pareceres vinculativos das câmaras municipais, que nos irão fazer retroceder ao passado e promover 300 interpretações diferentes.

O QUE NÃO CONCORDAMOS NA REFORMA DA FLORESTA

- Com as discriminações positivas às SGF, e a outras entidades, em termos de apoio ao investimento bem como com a obrigatoriedade de obterem a certificação da gestão florestal.
- Com a abordagem ao fogo controlado, que é excessiva em termos dos meios alocados.
- Com a abordagem à Valorização da Biomassa, cujo enquadramento já foi percorrido com resultados muito reduzidos.
- Com a aposta incisiva na municipalização e a quase ausência de referência ao movimento associativo florestal.

O QUE NÃO CONCORDAMOS NA REFORMA DA FLORESTA

- Com a clara orientação de municipalização da política florestal:
 - A transferência de funções para os municípios é uma total desresponsabilização do ICNF, enquanto autoridade florestal nacional, o qual vai perder a visão integrada para todo o território nacional;
 - Esta opção política é de alto risco, vai bloquear a atividade florestal, desincentivar o investimento florestal e não vai inverter, nem atenuar o impacto dos incêndios florestais;
 - Vai introduzir mais custos de contexto, dadas as limitadas competências e capacidade das CM em matéria florestal: não possuem recursos humanos qualificados para assumir as novas funções.

O QUE FALTA NA REFORMA DA FLORESTA

- Falta suspender imediatamente o processo de elaboração dos PROF de modo a que o mesmo incorpore os dados do IFN 6 e não dados completamente desatualizados do IFN 5, com mais de 10 anos.
- Falta a fase chave dos incêndios, a época dos fogos de Inverno, que garanta a coordenação entre prevenção estrutural e preparação para combate aos incêndios florestais.
- Falta uma utilização adequada do Fundo Florestal Permanente, direcionando-o para a floresta, como foi criado, e não deixando que se dilua no Orçamento de Estado.
- Falta um sistema de incentivos fiscais que promova o investimento.

O QUE FALTA NA REFORMA DA FLORESTA

- Falta um sistema de incentivos fiscais que desincentive o fracionamento.
- Falta a implementação do sistema de Seguros Florestais, assegurando mais investimento em plantações com menor risco.
- Falta uma aposta na sensibilização, na formação e na extensão combatendo os usos negligentes.
- Falta apoiar a investigação, especialmente a das espécies autóctones, Sobreiro e Pinheiro Manso, e os centros de excelência do conhecimento que estão em Portugal.

TÓPICOS PARA O DEBATE SOBRE A REFORMA DA FLORESTA

- Quais as principais preocupações?
- Quais as propostas mais consensuais?
- Que propostas carecem de maior clarificação?
- Qual a sua eficácia?
- Que alternativas?
- Que propostas complementares reforçam os objetivos pretendidos?



Muito Obrigado!

Nuno Mendes Calado

unac

União da Floresta Mediterrânica

